



ATO DE ARQUIVAMENTO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a manifestação à f. 352, foi constatado caso de arquivamento do processo PA nº 00197/1997/010/2013, tendo em vista a situação de perda de objeto por litispendência.

Considerando que já foi oportunizado o prazo para pagamento das custas processuais conforme a Resolução Conjunta nº 2.125/2014 SEMAD/IEF/FEAM.

Considerando o teor do parecer de análise jurídica de nº 0788000/2018, que recomenda o arquivamento do presente processo pelos fatos e fundamentos legais expostos;

Considerando, desta forma, a regra prevista nos artigos 16 e 17 da Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997;

Considerando, por fim, que a *"Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente"* (Lei n.º 14.184, de 31.01.2002).

Determino o **arquivamento do processo administrativo nº 00197/1997/010/2014**, empreendimento Imerys do Brasil Comércio de Extração de Minérios Ltda, em Dorésópolis/MG.

Remeta-se os dados do mesmo à Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental para fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais.

Considerando que foi apurado débito de natureza ambiental, remeta-se os autos à Advocacia Regional do Estado – ARE, para inscrição do débito em dívida ativa do Estado.

Publique-se e arquite-se.

Divinópolis, 21 de novembro de 2018.

Rafael Rezende Teixeira
Superintendente - SUPRAM ASE
MASC: 1.364.507-2

Rafael Rezende Teixeira
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



SECRETARIA DE ESTADO E MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO

PAPELETA DE DESPACHO

Nº 563/2018

Data:
20/11/2018

Documento Nº: 0788000/2018

Empreendimento: **Imerys do Brasil Comércio de Extração
de Minérios Ltda**

Município: Divinópolis/MG

Assunto: Processo n.º 00197/1997/010/2013

De: **José Augusto Dutra Bueno**

Unidade Administrativa:
Diretoria de Controle Processual –
SUPRAM ASF

Para: **Rafael Rezende Teixeira**

Unidade Administrativa:
Superintendente – SUPRAM-ASF

Senhor Superintendente,

Considerando a manifestação à f. 287/288, foi constatado caso de arquivamento do processo PA nº 00197/1997/010/2013, tendo em vista constatação situação de perda de objeto por litispendência.

Assim sendo, processualmente, verifica-se que esse fato verificado torna o objeto do processo prejudicado, de modo que está configurada hipótese de extinção do processo, e, de seu consequente arquivamento, nos termos do art. 50, da Lei Estadual 14.184/2002, conforme segue:

Art. 50 - A Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente. (Lei Estadual nº 14.184/2002)

Ademais, considerando por fim, a regra prevista na Resolução CONAMA n.º 237/1997 e do Decreto n.º 47.383/2018, recomenda-se o arquivamento deste processo administrativo.

Portanto, com base na Instrução de Serviço 05/2017 SISEMA, que disciplina os procedimentos de arquivamento de processos de regularização ambiental, e tendo em vista que foi elaborada a planilha de custas pela área técnica, por força da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 2.125/2014, e oportunizado o prazo de 30 dias para pagamento do DAE, consoante p. 297/298 e despacho nº 560/2018 foi atendido procedimento de arquivamento. Por sua vez, comprovou-se o pagamento do emolumento, conforme Portaria Conjunta IEF/FEAM/IGAM n.º 02/2006.

Assim, restam razões suficientes para ensejar no arquivamento em respeito aos princípios constitucionais do devido processo legal, e da legalidade, pelo art. 9º, IV e 50 da Lei Estadual nº 14.184/2002, e especialmente o art. 9º, §1º, da Deliberação Normativa nº 74/2004 do COPAM, norma vigente ao tempo dos fatos que exigia a regularização ambiental na fase de revalidação de licença de operação de maneira unificada.

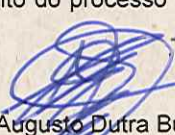
Art. 9º - Para os empreendimentos já licenciados, as modificações e/ou ampliações serão enquadradas de acordo com as características de porte e potencial poluidor de tais modificações e/ou ampliações, podendo ser objeto de autorização ou licenciamento. 5

(...)

§2º - Quando da revalidação da licença de operação, o procedimento englobará todas as modificações e ampliações ocorridas no período, podendo inclusive indicar novo enquadramento numa classe superior. (Deliberação Normativa nº 74/2004 do COPAM).

Considerando que foi apurado débito de natureza ambiental, remeta-se os autos à Advocacia Regional do Estado – ARE, para inscrição do débito em dívida ativa do Estado.

Diante do exposto, manifesta-se pelo arquivamento do processo de licenciamento ambiental conforme os fatos e fundamentos jurídicos apresentados.


José Augusto Dutra Bueno
Diretor Regional de Controle Processual
SUPRAM ASF
MASP: 1.365.118-7

